

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Homenagens marcam solenidade no auditório do Ministério Público

Considerada o marco do ordenamento jurídico no País, a Constituição Federal completou 25 anos em 2013. Com o objetivo de relembra-la, a Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), em parceria com o Ministério Público Estadual, através do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) realizou no dia 13 de dezembro do ano passado, uma solenidade para homenagear os 15 constituintes paraibanos, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça.

Os paraibanos que representaram o estado na Assembleia Nacional Constituinte foram os senadores Raimundo Lira, Humberto Lucena e Marcondes Gadelha; e os deputados Aduino Pereira, Agassiz Almeida, Antônio Mariz, Aluísio Campos, Cássio Cunha Lima, Edvaldo Motta, Edme Tavares, Evaldo Gonçalves de Queiroz, João Agripino Maia, João da Mata Souza, José Maranhão e Lúcia Braga.

O relator-geral da Assembleia Constituinte, Bernardo Cabral ministrou a palestra "Ministério Público e Constituição Cidadã de 1988: histórico, avanços e perspectivas". "O MP é essencial à justiça porque a ele foi conferido um combate sem tréguas à corrupção que existe no País", afirmou Cabral.

De acordo com o presidente da APMP, Francisco Seráfico, esta cerimônia tem um grande significado, já que os constituintes construíram os pilares da democracia brasileira, assim como a imprensa paraibana. "Este evento também representa o aniversário de 25 anos do Ministério Público como conhecemos hoje, o MP do qual fazemos parte, defensor da sociedade e dos direitos do cidadão", disse o presidente.

Para o procurador-geral de Justiça, Bertrand Asfora o evento relembra o que estes 15 paraibanos fizeram no passado. "O que estamos fazendo é prosseguir na estrada que vocês pavimentaram. Eu vejo inúmeros membros lutando pelo direito dos cidadãos, graças à Constituição. Vocês nos deram os instrumentos, nós colocamos em prática", ressaltou Asfora. Ele ainda parabenizou a APMP e o Ceaf pela realização do evento.

O diretor do Ceaf, o procurador de Justiça, José Raimundo falou sobre pessoas ilustres que participaram da construção da democracia. "É com muita emo-



NO AUDITÓRIO DA PGJ

Constituintes foram homenageados em cerimônia realizada no Ministério Público da Paraíba

ção e satisfação que participo deste ato histórico para o MP, para a Paraíba e para o Brasil, no qual eu tenho a oportunidade de lembrar, inclusive de quem não está aqui", salientou.

Compuseram a mesa o procurador-geral, Bertrand Asfora; o presidente da APMP, Francisco Seráfico; o diretor

do Ceaf e procurador, José Raimundo de Lima; o vice-governador, Rômulo Gouveia; a representante do poder legislativo, Iraê Lucena; a presidente do Tribunal de Justiça, Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti; o representante dos homenageados e ex-governador, José Maranhão; o conselheiro do Tribunal de Contas da União, Fernando Catão; o pastor estavam Fernandes; o presidente da Comissão da República da OAB-PB, Daniela Almeida e o relator da Constituição e ex-senador, Bernardo Cabral.

PALESTRA

Após as homenagens, o relator Bernardo Cabral falou sobre a história da Assembleia Nacional Constituinte e sobre a promulgação da Constituição de 1988. Ele destacou que o Ministério Público ganhou elevada posição como instituição porque foi fortalecido pela Constituição como "é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". "Muitos disseram que a nova Constituição não duraria seis meses e que o país se tornaria ingovernável, mas chegamos aos 25 anos sem uma crise política no Brasil", destacou.

HOMENAGENS

Constituintes e representantes daqueles que não puderam comparecer receberam uma placa da APMP e do Ministério Público em comemoração dos 25 anos. "Após dois anos de extenso e exaustivo trabalho, produzimos esta valente e cidadã constituição. Que obra deixaremos para as gerações futuras", exclamou o promotor aposentado e ex-deputado Agassiz Almeida, em seu discurso, representando os demais homenageados.

O desembargador e ex-procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho também foi lembrado. "Eu fico muito feliz pela homenagem que a Associação me confere e também com o estreitamento que houve entre a APMP e o Ministério Público, que só trouxe benefícios à sociedade, como na caso da PEC 37", disse Trigueiro.

Associados confraternizam em festa de Natal da APMP

A Associação Paraibana do Ministério Público organizou na noite do dia 13 de dezembro, a Confraternização de Natal entre os seus associados. Compareceram ao evento mais de 260 pessoas entre procuradores, promotores e seus familiares e amigos. O evento foi realizado na Granja dos Promotores e contou com sorteio de prêmios e entrega de brindes. Atrações musicais também animaram a festa, que contou com uma decoração especial natalina.

De acordo com o presidente da APMP, Francisco Seráfico, o evento é uma tradição da associação há anos. “É muito importante este conagração entre todos os associados. O nosso objetivo é promover sempre uma maior união, compartilhamento de ideias e opiniões entre os colegas”, afirmou.

Ainda de acordo com o presidente, a Associação sempre procura aprimorar o evento, para que o associado possa usufruir da melhor forma possível da confraternização. “Conseguimos agregar um grande número de associados, foram mais de 80 presentes, além disso, também tivemos muitos convidados este ano, que fizeram com que esta fosse uma bela festa”, destacou.



Associados participaram de festa promovida pela APMP

Assembleia aprova alterações no Estatuto da APMP

Foi realizada, no último mês de dezembro, a Assembleia Extraordinária da Associação Paraibana do Ministério Público, no qual participaram promotores e procuradores de Justiça ativos e inativos. Foram alterados, na reunião, os artigos 11, 57 e 61 do Estatuto da APMP.

A primeira alteração, referente ao artigo 11, tratava da convocação da Assembleia Geral, que na redação anterior dizia que deveria ser feita por correspondência pessoal e publicação de edital no Diário da Justiça. Na redação aprovada, a convocação continua sendo por correspondência, mas a publicação do edital será através do órgão oficial do Ministério Público.

Houve também alteração no artigo que aborda a contribuição do associado (art. 57), que passou de 1% para 1,5%, sobre os subsídios do promotor de Justiça



de primeira entrância. A justificativa para o aumento é para que ocorram melhorias na manutenção e reformas das sedes, contratação de novos funcionários para atendimento da demanda, realização de cursos pela Associação, organização do arquivo, aquisição de equipamentos para sede administrativa e sede campestre, entre outras.

A última alteração foi com re-

lação ao pecúlio associativo. Ficou definido que será descontado de forma obrigatória, no contracheque dos demais associados 1/60 avos sobre o subsídio do promotor de Justiça substituído, apenas quando um dos associados vier a falecer. O valor será destinado aos beneficiários, previamente indicados, ou o cônjuge sobrevivente ou companheiro e aos seus herdeiros.

APMP participa de posse do novo procurador de Justiça

No mês passado, o Colégio de Procuradores do Ministério Público da Paraíba (MPPB) deu posse ao novo procurador de Justiça da instituição: Luciano de Almeida Maracajá. A Associação Paraibana do Ministério Público participou da solenidade. Maracajá foi promovido por merecimento pelo Conselho Superior da instituição.

A sessão solene do Colégio de Procuradores para a posse do novo procurador, presidida pelo procurador-geral de Justiça, Bertrand de Araújo Asfora, foi realizada na Sala de Sessões da Procuradoria-Geral de Justiça, em João Pessoa, e contou com a presença do vice-governador da Paraíba, Rômulo Gouveia, do deputado João Gonçalves, representando a Assembleia Legislativa, do presidente da APMP, Francisco Seráfico da Nóbrega, de vários membros e servidores da instituição, de convidados e familiares do empossado.

Na solenidade, o novo procurador foi conduzido ao plenário da sessão pelas procuradoras de Justiça Janete Maria Ismael da Costa Macedo e Vasti Cléa Marinho Lopes. Luciano Maracajá fez o juramento de cumprir bem e fielmente a Constituição Federal, a Constituição Estadual e as leis, promovendo a defesa do povo, da ordem jurídica, do regime democrático, da ética e da justiça social. Após seu juramento, foi lido o seu termo de posse pela procuradora de Justiça Maria Lurdélia Diniz, secretária do Colégio de Procuradores.

O procurador empossado foi saudado pelo advogado Alexei Ramos Amorim, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraíba. Ele destacou as qualidades do novo procurador. “A Procuradoria ganha com sua cultura e manifesta intelectualidade”, disse.

Luciano Maracajá discursou destacando que o Ministério Público vive um novo período de profundas mudanças e definitivas transformações, bem como a implantação da promoção por merecimento a partir de critérios objetivos. “É com imenso orgulho que passo a integrar o Colégio de Procuradores”, afirmou.

O procurador-geral de Justiça, Bertrand Asfora, saudou o empossado ressaltando suas qualidades e o trabalho realizado em prol da coletividade paraibana, especialmente na Promotoria da Saúde de Campina Grande, cargo ocupado antes da promoção a procurador. “Sorte, luz e bênçãos de Deus, porque competência, dedicação e inteligência não lhe faltam. Conte com essa instituição”, ressaltou.



POSSE

A solenidade aconteceu na Sala de Sessões da Procuradoria-Geral de Justiça, em João Pessoa

NOVO PROCURADOR

Luciano de Almeida Maracajá é natural de Campina Grande. Ingressou no Ministério Público da Paraíba 1994 e passou pelas Promotorias de Brejo do Cruz, Aroeiras, Guarabira e Campina Grande. Também ocupou diversos cargos na administração, como o de coordenador da Central de Acompanhamento de Inquiridos Policiais.

MP lança aplicativo para smartphones e tablets Android

O Ministério Público da Paraíba está entrando no era da tecnologia móvel com o lançamento do aplicativo “MPPB” para smartphones e tablets com o sistema operacional Android. Desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec), o aplicativo já está disponível na Play Store (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.mp.mppb.app&hl=pt-BR>).

Através do aplicativo, o usuário terá acesso do seu celular ou tablet às últimas notícias do MPPB, à Revista MP Notícias, ao Portal institucional, ao Diário Oficial Eletrônico e ao formulário eletrônico da Ouvidoria no qual poderá fazer uma sugestão, denúncia ou elogio. É o primeiro Ministério Público do Brasil a ter um aplicativo com essas funcionalidades.

Colégio de Procuradores e Conselho Superior aprovam resolução que disciplina plantão

Em sessão conjunta do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, foi aprovada resolução 01/2014 que disciplina o plantão ministerial em 1º grau. A sessão foi realizada na última quinta-feira (30), na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. A resolução foi relatada pelo secretário-geral, Carlos Romero Lauria Paulo Neto, e previamente debatida e aprovada pelo Conselho de Gestão do Ministério Público.

Entre as principais modificações da resolução está a definição do plantonista na hipótese de feriado municipal e ponto facultativo a alcançar a sede de apenas uma das Promotorias integrantes do Grupo de Promotorias do plantão. Além disso, a resolução prevê a ampliação do intercâmbio virtual de peças durante o plantão e a redefinição dos horários do plantão presencial.

Outra modificação é o disciplinamento da definição de atribuições (distribuição, salvo hipótese de prevenção) em caso de atuação em caráter de urgência demandada fora do expediente em promotoria em que não há plantão semanal (segunda à quinta-feira), havendo mais de um órgão de execução com idênticas atribuições.

A nova resolução também prevê a compensação dos plantões (sábados, domingos, feriados, pontos facultativos e recesso) de membros, mediante acréscimo a período de gozo de férias individuais e o disciplinamento do plantão durante o recesso natalino.

GRUPOS DE PROMOTORIAS

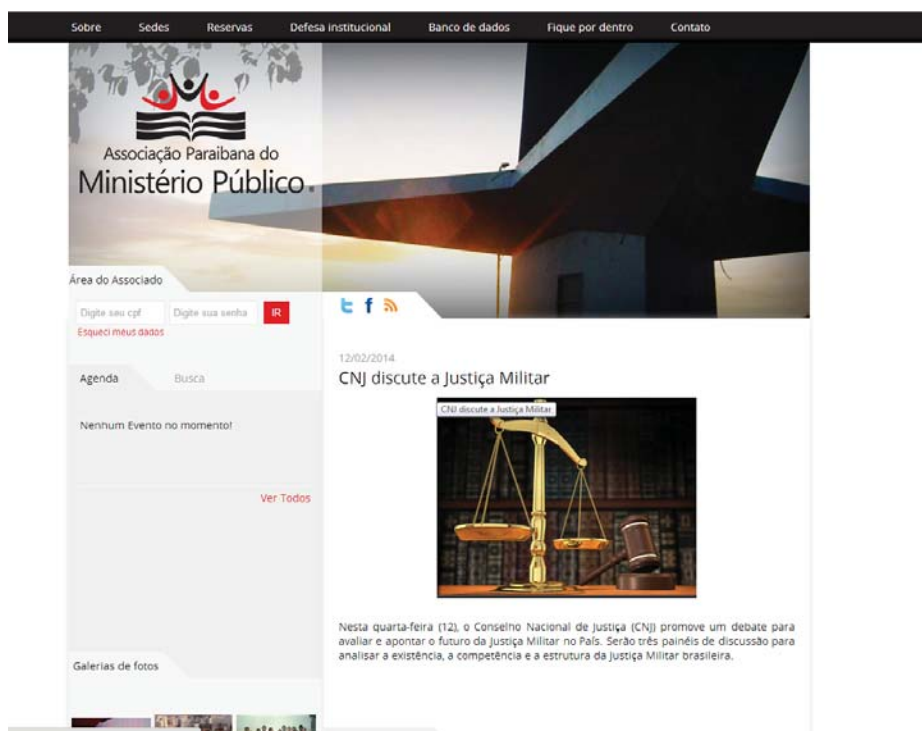
Outra importante modificação da nova resolução é

a aproximação da divisão dos Grupos de Promotorias em relação aos Grupos de Comarcas Judiciárias - repetem-se os grupos do Poder Judiciário. "Procurou-se conciliar a necessidade de reduzir as dificuldades de logística, evitando-se que um promotor de justiça atue com vários juízes e vice-versa no mesmo plantão, com a conveniência de se evitar a excessiva recorrência de figurações em plantões, fundindo-se Grupos em que haveria diminuto número de Promotores", explicou o secretário-geral.

O grupo 1 é formado pelos municípios de Bayeux, Cabedelo, João Pessoa, Lucena e Santa Rita. O grupo 2 por Alhandra, Caaporã, Cruz do Espírito Santo, Gurinhém, Itabaiana, Jacaraú, Mamanguape, Pedras de Fogo, Pilar, Rio Tinto e Sapé.

Integram o grupo 3 os municípios de Aroeiras, Boqueirão, Cabaceiras, Campina Grande, Ingá, Queimadas, Umbuzeiro, Juazeirinho, Monteiro, Pocinhos, Prata, São João do Cariri, Serra Branca, Soledade e Sumé. Já o grupo 4 é integrado por Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Barra de Santa Rosa, Cuité, Esperança, Picuí, Remígio, Alagoinha, Araruna, Araçagi, Bananeiras, Belém, Caiçara, Guarabira, Mari, Pilões, Pirpirituba, Serraria e Solânea.

O grupo 5 é composto pelos municípios de Água Branca, Coremas, Itaporanga, Malta, Patos, Piancó, Princesa Isabel, Santa Luzia, Taperoá e Teixeira. No grupo 6, estão os municípios de Bonito de Santa Fé, Brejo do Cruz, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Conceição, Paulista, Pombal, São Bento, São José de Piranhas, São João do rio do Peixe, Sousa e Uiraúna.



Associação tem novo site

Já está no ar, o novo site da Associação Paraibana do Ministério Público. Completamente reformulado, o site se tornou mais dinâmico. Nele, o associado pode encontrar as atas, requerimentos administrativos, galerias de fotos, todas as notícias da APMP e muito mais. Além disso, cada associado terá sua página exclusiva com seus dados. Para acessar a página, o endereço é: www.apmp.org.br